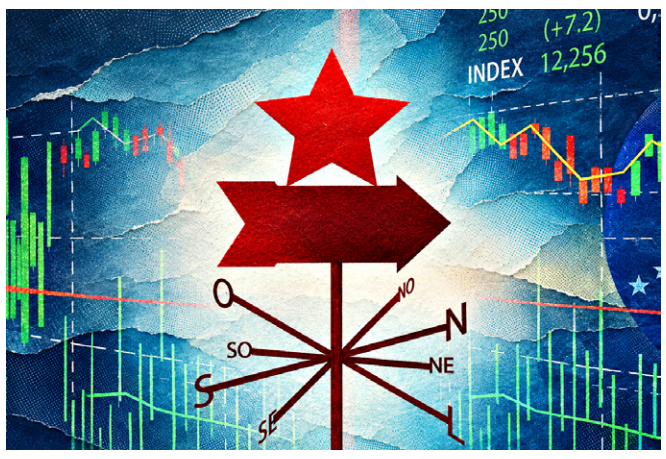


NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.df@dabr.com.br



Lula mantém promessas eleitorais, mercado reage e promove terceiro turno

A eleição presidencial terminou em 25 de outubro, mas a disputa pelo programa de governo enfrenta um terceiro turno. Na campanha, sobretudo na reta final, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva dobrou a aposta na "economia do afeto" e fez da proteção da renda dos mais pobres e dos direitos trabalhistas uma das suas principais bandeiras para a reeleição.

Passadas as urnas, segmentos do agronegócio, da indústria, do comércio e da Faria Lima, ou seja, o mercado financeiro, passaram a pressionar o governo, cada qual à sua maneira, para que tome decisões que contrariam compromissos assumidos na campanha eleitoral. O governo oferece um ajuste fiscal para acalmar os ânimos, porém a reação revela que o desacordo envolve quem vai pagar essa conta. É o velho conflito distributivo que está instalado e envolve, também, o Congresso e, sempre ele, o Supremo Tribunal Federal (STF).

Já no pregão de 26 de outubro, o dólar havia disparado 8,21%, e o Ibovespa despencara 13,88%, num ajuste de posições montadas na expectativa de vitória de Flávio Bolsonaro. Entre agentes do mercado, a aposta política vinha acompanhada da expectativa de corrigir o salário-mínimo apenas pela inflação e desvincular do seu piso os benefícios hoje atrelados a ele. Era uma aspiração dos investidores, mesmo tendo Adolfo Sachsida, da equipe econômica de Flávio, declarado à Reuters que o vínculo com a Previdência seria preservado.

Ontem, o dólar subiu 1,62%, a R$ 5,652, maior cotação desde junho de 2025. O Ibovespa perdia 0,80% perto do fechamento, pressionado pelo Banco do Brasil e pela recepção fria ao pacote fiscal. A perspectiva de juros mais altos nos Estados Unidos também fortaleceu a moeda americana. Investidores consideraram tímido o ajuste proposto pelo governo, e a Confederação Nacional da Indústria (CNI) questiona duramente a parcela da conta que o governo quer cobrar das empresas.

No Banco do Brasil, o terceiro turno emergiu na carteira rural. A presidente do banco, Tarciana Medeiros, atribuiu parte dos atrasos à decisão de médios e grandes produtores de esperar uma renegociação mais vantajosa após as eleições. O BB "não contava com a persistência e a intencionalidade do risco moral", segundo ela. A pontualidade dos pagamentos caiu de 83% em julho para 66% em outubro. Os atrasos superiores a 90 dias na carteira rural chegaram a 6,92% em setembro. O lucro ajustado do banco encolheu 66,5% em um ano, para R$ 1,27 bilhão no terceiro trimestre, e suas ações chegaram a cair 9,3% na manhã de ontem.

O problema se concentra entre médios e grandes produtores de soja, milho e pecuária, sobretudo no Centro-Oeste. Segundo Medeiros, cerca de 90% dos clientes rurais continuavam em dia, e apenas 15% dos inadimplentes aderiram à renegociação da MP 1.376. O favoritismo de Flávio Bolsonaro no primeiro turno das eleições coincidiu com a expectativa de que o perdão das dívidas, inicialmente voltado a produtores atingidos por perdas climáticas, fosse ampliado.

Salário-mínimo

Em outra frente de batalha, o terceiro turno é protagonizado pela CNI e a Confederação Nacional do Comércio (CNC), que intensificaram o lobby no Senado e na Câmara para que a suspensão do fim da escala 6x1 seja aprovada pelo Congresso. No Supremo Tribunal Federal (STF), ao qual recorreram, em despacho divulgado ontem, o ministro Flávio Dino manteve o início da mudança em 16 de dezembro, com 42 horas semanais, dois dias de descanso remunerado e preservação dos salários.

Na transição, autorizou cinco jornadas de até oito horas e 24 minutos mesmo sem acordo coletivo. A decisão dá margem às empresas para reorganizar os horários e preserva a redução definitiva para 40 horas no fim de 2027. Entretanto, já está sendo questionada. A disputa expõe a resistência patronal. No segundo turno, Lula reiterou o compromisso que agora delimita suas escolhas. "Toda vez, é o povo pobre. Eu não quero que o povo pague." Depois da vitória, no pronunciamento de 8 de novembro, admitiu que a dívida e os juros altos o preocupavam e reafirmou a responsabilidade fiscal.

O pacote apresentado nesta semana pelo ministro do Planejamento e Orçamento, Bruno Moretti, estima um impacto de R$ 60 bilhões em 2027. O PLP 299 reduz de 2,5% para 2% o teto de crescimento real das despesas nos anos em que forem adotadas medidas de contenção e propõe um corte linear de 20% em benefícios tributários. Para a CNI, porém, limitar a compensação de créditos fiscais significa usar o caixa das empresas como "instrumento de ajuste fiscal".

A proposta de Orçamento de 2027 prevê salário-mínimo de R$ 1.741. Ontem, o Congresso autorizou até R$ 149,4 bilhões em operações de crédito para financiar despesas já previstas no Orçamento deste ano, dos quais R$ 26 bilhões para o Bolsa Família, cujo valor foi preservado na negociação. O programa tem regras próprias de reajuste. O piso nacional incide diretamente sobre o BPC e as aposentadorias de menor valor. É aí que a proposta de congelar o mínimo em termos reais ou de romper a vinculação faria muita diferença no bolso de milhões de famílias, que arcariam com a maior parte do ajuste fiscal.

Na política, o resultado desse terceiro turno dependerá das escolhas. Lula precisa mostrar que o compromisso fiscal cabe no Orçamento e convencer o Congresso a distribuir o custo do ajuste. Os setores que esperavam a vitória de Flávio têm fortes instrumentos de pressão, da cotação do dólar às ações no Supremo, para mudar as prioridades que o eleitor endossou nas urnas. O maior exemplo é o calote do agronegócio no Banco do Brasil.

PODER

Após decisão judicial sobre triplex do Guarujá, Lula afirma que acusadores e veículos de comunicação devem se retratar por ter imputado a ele a propriedade do apartamento

Presidente cobra desculpa da imprensa

» MARIA BEATRIZ GIUSTI

Reprodução/YouTube



Lula e Janones: "Quero pedido de desculpas em letras garrafais, do mesmo tamanho das acusações que fizeram"

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva cobrou um pedido de desculpas das pessoas que o acusaram de ser proprietário do triplex no Guarujá (SP) e dos veículos de comunicação que noticiaram o caso. A declaração foi feita durante uma transmissão ao vivo, ontem, ao lado do deputado federal André Janones (Rede-MG) e do presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Aloizio Mercadante. A live foi realizada diretamente da Turquia, onde o chefe do Executivo participa da COP31.

"Fiquei 580 dias preso dizendo que o apartamento não era meu. Agora que a Justiça decidiu que o apartamento não era meu, espero que as pessoas que me acusaram e disseram, durante todo esse tempo, que o apartamento era meu peçam desculpas", enfatizou Lula.

Ele também cobrou uma retratação pública da imprensa e criticou a possibilidade de que os veículos de comunicação façam apenas pequenas correções sobre o caso.

"Não quero que façam um rodapé em matéria de jornal. Quero um pedido de desculpas em letras garrafais, do mesmo tamanho das acusações que fizeram. É o mínimo que espero daqueles que se dizem democratas neste país", declarou.

Lula ainda afirmou que pretende ampliar o contato direto com os apoiadores por meio de transmissões frequentes. "Nossa conversa será diária, será semanal. Não vou permitir que as pessoas fiquem me interpretando. Vou falar diretamente com vocês", disse.

Janones também defendeu a cobrança de retratação dos veículos de comunicação e convocou os integrantes do canal Exército do Lula a pressionarem pela publicação de pedidos de desculpas.

"Esperamos que nosso Exército faça coro para exigir um pedido de retratação e de desculpas dos veículos de comunicação que divulgaram essa falsa história, principalmente daqueles que a criaram e deram margem à farsa do triplex do Guarujá", frisou o deputado.

> **Fiquei 580 dias preso dizendo que o apartamento não era meu. Agora que a Justiça decidiu que o apartamento não era meu, espero que as pessoas que me acusaram e disseram, durante todo esse tempo, que o apartamento era meu peçam desculpas"**
>
> ***Luiz Inácio Lula da Silva,*** *presidente da República*

Decisão da Justiça

Na quarta-feira, a Justiça Federal de Brasília determinou que os R$ 2,4 milhões arrecadados com o leilão do triplex do Guarujá, realizado em 2018, sejam devolvidos à empreiteira OAS. A decisão reconheceu que não há fundamento para manter os valores retidos, uma vez que o imóvel não pertencia a Lula. Atualmente, o dinheiro está depositado em uma conta judicial na Caixa Econômica Federal e deverá ser transferido à empresa após os procedimentos legais.

O caso ganhou destaque durante a Operação Lava-Jato, que apontou o apartamento como propriedade de Lula. Segundo a força-tarefa, o presidente teria recebido o imóvel como vantagem indevida em troca de favorecimento da empreiteira em contratos com a Petrobras. O petista ficou preso entre abril de 2018 e novembro de 2019.

Posteriormente, o Supremo Tribunal Federal (STF) anulou as condenações de Lula em razão de irregularidades relacionadas à competência da 13ª Vara Federal de Curitiba, responsável pelos processos, e à condução das ações. Com isso, os casos foram encaminhados à Justiça Federal de Brasília.

A investigação sobre o triplex, no entanto, acabou arquivada após o Ministério Público Federal (MPF) solicitar o encerramento do processo diante do fim do prazo legal para a eventual punição dos crimes apurados.

Agora, a Justiça Federal acolheu o pedido da OAS para recuperar o dinheiro obtido com o leilão judicial do imóvel. O MPF se manifestou favoravelmente à liberação dos recursos, por entender que não há processo em andamento que justifique a manutenção dos valores em uma conta judicial.

CASO MASTER

Investigação contra Ciro é prorrogada

» RENATO SOUZA

Reprodução/Redes Sociais



PF tenta esclarecer se Ciro agiu no Congresso para beneficiar Vorcaro

A investigação sobre a relação entre o senador Ciro Nogueira (PP-PI) e o dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, terá mais dois meses para avançar. O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, autorizou a ampliação do prazo do inquérito após solicitação da Polícia Federal. A decisão foi assinada na quarta-feira e contou com parecer favorável da Procuradoria-Geral da República (PGR). A corporação solicitou mais tempo para reunir documentos, realizar perícias e aprofundar informações.

Ciro Nogueira está no centro de uma investigação que busca identificar se sua atuação política no Congresso teria atendido a interesses do Master em troca de benefícios financeiros e outras vantagens oferecidas por Vorcaro. Entre os pontos analisados pela Polícia Federal estão possíveis pagamentos, despesas de viagens e benefícios destinados ao senador.

Um dos episódios que ganhou destaque na apuração envolve a chamada "Emenda Master". A proposta apresentada no Senado previa elevar de R$ 250 mil para R$ 1 milhão o limite de cobertura do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), mecanismo que protege depositantes e investidores em determinadas situações de quebra de instituições financeiras. A PF investiga se a iniciativa parlamentar teve relação direta com interesses de Vorcaro.

Outro ponto que permanece sob apuração envolve relatos sobre o possível transporte de dinheiro em espécie em uma aeronave que esteve em Brasília, em agosto de 2024. A PF busca identificar os passageiros, verificar registros de movimentação no hangar e esclarecer o destino de uma sacola mencionada em depoimento de um ex-copiloto.

Para isso, os investigadores pretendem reunir informações de empresas de táxi aéreo e do hangar utilizado pela aeronave, além de ouvir pessoas que possam contribuir para a reconstrução dos acontecimentos. A apuração também considera informações sobre movimentações financeiras e possíveis vantagens econômicas que teriam sido concedidas ao parlamentar.

O inquérito envolvendo Ciro Nogueira integra um conjunto mais amplo de investigações sobre as operações do Master e a atuação de Vorcaro. O caso ganhou dimensão nacional diante das suspeitas de irregularidades financeiras e das possíveis conexões entre o grupo empresarial e agentes públicos.

Com a autorização de mais 60 dias, os investigadores terão uma nova oportunidade para concluir as medidas pendentes e consolidar os elementos reunidos até agora. Ao fim dessa etapa, as informações poderão subsidiar a análise do Ministério Público sobre os próximos encaminhamentos do caso. As suspeitas ainda estão sob investigação e não representam, por si só, comprovação de culpa do senador. Ele nega envolvimento com o esquema de corrupção.

"Caráter político"

A defesa de Daniel Vorcaro, dono do Master, criticou argumentos usados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) para defender a manutenção da prisão dele. O parecer foi enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF). A órgão sustenta que o empresário comandou uma estrutura de violência e intimidação e, se colocado em liberdade, pode ameaçar as investigações. Ele está detido há oito meses.

Para os advogados, as afirmações da PGR provocam "contradição incontornável", pois acusam o cliente de intimidação sem identificação de vítima. "A própria PF, no relatório do inquérito, atesta que não há nem sequer uma vítima ou ato de violência mesmo após oito meses de investigação", ressaltam os advogados.

Os defensores afirmam que o PGR, Paulo Gonet, trouxe a público o "caráter político" da prisão ao citar, entre os fundamentos para sua manutenção, a "criação de um sentimento na sociedade de resposta célere do sistema de Justiça".

"A liberdade de um cidadão não pode ser sacrificada para satisfazer a opinião pública. Prisão preventiva não é instrumento de comunicação política nem antecipação de pena", rebateram, em nota. A PGR afirmou que medidas cautelares diversas à prisão não seriam suficientes para afastar os riscos de interferência nas investigações. (**RS**)